



A esquerda francesa e a esquerda brasileira: eleições “didáticas” para políticos tradicionais

PAULO ROBERTO DE ALMEIDA*

O primeiro turno das eleições presidenciais franceses, realizadas em 21 de abril de 2002, provocou, como é sabido, um terremoto político inesperado, num país conhecido, há várias décadas, pela tradicional divisão entre esquerda e direita. No dia 5 de maio, data do segundo turno, os franceses estão convidados a escolher entre um candidato de direita, o atual presidente Jacques Chirac, e um de extrema direita, o líder da Frente Nacional Jean-Marie Le Pen.

A eliminação do candidato socialista, o primeiro-ministro Lionel Jospin, trouxe enorme comoção, e não apenas entre os socialistas franceses. No Brasil, igualmente, sua derrota surpresa foi claramente ressentida nos meios de esquerda, cujo principal candidato às eleições presidenciais de outubro próximo, Lula, do PT, procurou ressaltar os perigos da divisão da esquerda, em lugar de expressar sua opinião sobre o possível resultado do candidato socialista, que tinha recebido sua visita poucas semanas antes.

Mas o que representa, de fato, o resultado das eleições na França e que lições poderia ele apresentar para a esquerda brasileira, que se defronta com dilemas, senão similares, provavelmente equivalentes? Descartemos, em primeiro lugar, as explicações simplistas que redundam em explicar o sucesso do candidato direitista por

tendências xenófobas que estariam latentes na população francesa e que teriam sido habilmente exploradas por Jean-Marie Le Pen. Certamente a população francesa não foi acometida por nenhum surto repentino de racismo, nem pretenderia fazer com que o próximo presidente, qualquer que seja ele, promova ou dê início a um processo sistemático de expulsão de estrangeiros, em primeiro lugar as centenas de milhares de magrebinos ou outros imigrantes islâmicos presentes no Hexágono. Não é isso exatamente que estava em causa nessas eleições, ou pelo menos não se trata, em primeiro lugar, de uma repentina impulsão anti-estrangeira por parte do eleitorado francês que teria emergido como um raio no céu azul da política gaulesa. O eleitorado francês mandou um recado aos políticos tradicionais, de esquerda e de direita, deixando de votar ou expressando um apoio de certa forma circunstancial ao candidato de extrema direita, que foi o único a tocar com alguma sinceridade nas questões que o preocupam em primeiro lugar: garantia de emprego e violência urbana.

Os resultados do escrutínio, estrito senso, são menos espetaculares do que suas consequências psicológicas. Uma totalização dos resultados obtidos pelos candidatos no primeiro turno das eleições presidenciais revela, com efeito, que a esquerda e a direita



conservam, grosso modo, uma presença quase que estável no panorama eleitoral francês. Vejamos, em primeiro lugar, os números dos dezesseis candidatos e

façamos, em seguida, os agrupamentos que uma lógica primária “esquerda-direita” poderia permitir.

Tabela 1

Resultados das eleições presidenciais da França

1º Turno, 21.04.02

Inscritos	40 251 881	
Votantes	29 129 595	
Votos válidos	28 141 988	
Abstenções	27,63 %	
Candidatos	Número votos	%
Jacques Chirac (presidente atual, RPR, direita)	5 664 263	19.87
Jean-Marie Le Pen (Front national, extrema direita)	4 804 385	16.86
Lionel Jospin (primeiro ministro socialista)	4 609 428	16.17
François Bayrou (centro, UDF)	1 948 535	6.83
Arlette Laguiller (trotsquista, LO)	1 629 977	5.72
Jean-Pierre Chevènement (soberanista, MDC)	1 518 633	5.32
Noël Mamère (ecologista, Verdes)	1 495 673	5.24
Olivier Besancenot (trotsquista, LCR)	1 210 505	4.24
Jean Saint-Josse (caçadores, direita, CPNT)	1 202 731	4.22
Alain Madelin (direita liberal, DL)	1 113 428	3.90
Robert Hue (comunista, PCF)	960 703	3.37
Bruno Mégret (extrema direita, MNR)	666 979	2.34
Christiane Taubira (esquerda, PRG)	660 372	2.31
Corinne Lepage (ecologista, direita, CAP 21)	535 783	1.88
Christine Boutin (direita, FRS)	341 185	1.19
Daniel Gluckstein (trotsquista, PT)	132 712	0.46

Fonte: França: Ministère de l'Intérieur (Justiça)



Tabela 2

Resultados segundo a dicotomia esquerda-direita (em %)

Direita (Chirac, Saint-Josse, Madelin, Lepage, Boutin)	31,06
Extrema Direita (Le Pen, Mégret)	19,20
Esquerda (Jospin, Chevènement, Hue, Taubira,)	27,17
Extrema Esquerda (Laguiller, Besancenot, Gluckstein)	10,42
Centro (Bayrou, Mamère)	12,07

Uma análise preliminar desses resultados indicaria, portanto, que a esquerda, em seu conjunto, logrou preservar seu capital eleitoral (admitindo-se contar o “gaullista de esquerda” Chevènement entre suas fileiras), ainda que o candidato socialista tenha perdido muitos votos (cerca de 2,5 milhões) e que o comunista tenha sido propriamente “lapidado” (passou de 2,6 milhões em 1995 para cerca de 960 mil em 2002). A esquerda tradicional, em relação a 1995, perdeu pouco mais de 1,5 milhão de votos (mas apenas cerca de 300 mil votos, se excluídos os comunistas e os ecologistas), o que corresponde aproximadamente aos ganhos da extrema esquerda. De fato, foi a direita quem perdeu relativamente mais votos, em parte transferidos para a extrema direita representada pelos “irmãos inimigos” Le Pen e Mégret (este, um “trânsfuga” do Front National). A direita dita governamental (na qual poderia ser colocada igualmente o centro) perdeu, no total, quase 4 milhões de votos, sem que isso tenha ido beneficiar a extrema direita, que agregou menos de um milhão de votos adicionais aos resultados de 1995. Os votos faltantes na direita, portanto, foram os daqueles que se abstiveram, os verdadeiros vilões desta eleição de

2002, na qual a “participação” dos ausentes passou de 21 % em 1995 a quase 28 % agora.

Em outros termos, os resultados das eleições francesas não foram dramáticos para o conjunto da esquerda, mas é verdade que alguns dos candidatos da esquerda tradicional foram exemplarmente castigados, da mesma forma, aliás, que outros candidatos da direita governamental. A extrema direita deve ser considerada, para todos os efeitos práticos, como um agrupamento anti-sistema e de fato seu discurso político ataca tanto a esquerda como os representantes da direita e do centro conservador, considerados como pouco confiáveis na defesa dos “interesses do povo francês”.

No Brasil, cuja classe política seguiu com atenção esses resultados, o candidato do PT, Lula, chamou a atenção, como vimos, para os perigos da divisão no seio da esquerda, algo tão tradicional como a multiplicação de seitas religiosas. De fato, Jospin deixou de figurar no segundo turno porque alguns dos tradicionais opositores da direita também quiseram mandar um sinal de descontentamento aos socialistas votando pelos candidatos da extrema esquerda. Mas, isso também ocorreu com os eleitores da direita



tradicional. Quais seriam, portanto, os verdadeiros ensinamentos a serem tirados dessas eleições francesas?

Parece claro, em primeiro lugar, que o eleitorado francês – como eventualmente o brasileiro também poderá fazer dentro de alguns meses – mandou um sinal de nítido descontentamento em relação à classe política em seu conjunto, muito embora o castigo tenha penalizado mais claramente os candidatos tradicionais, de esquerda ou direita. Em segundo lugar, esse descontentamento se prende a razões bem específicas, que explicam o relativo sucesso da extrema direita: se trata da insegurança, tanto econômica quanto pessoal. A primeira fonte de insegurança se refere às ameaças ao emprego, representadas pelos perigos difusos da globalização – que os franceses, por atavismo anti-americano, chamam de mundialização – enquanto a segunda está diretamente ligada às ameaças bem reais de delinquência e de violência urbanas. Em terceiro lugar, no Brasil, esse tipo de sinalização seria mais suscetível de atingir os candidatos da esquerda, que são os mais identificados com uma certa leniência em relação às fontes de insegurança social.

O que, em termos mais simples, os eleitores franceses disseram aos políticos foi mais ou menos o seguinte: quero meu emprego de volta e quero que sejam eliminadas radicalmente as fontes de delinquência nos subúrbios das grandes cidades (as que são identificadas, certa ou erradamente, com a população imigrada, em primeiro lugar de origem árabe). Tudo isso tem muito pouco a ver com as diatribes anti-comunitárias do candidato Le Pen e suas ameaças de retirar a França da UE e da moeda única, mas deve provavelmente incitar o candidato

Chirac a reforçar sua defesa dos esquemas “generosos” de redistribuição de recursos a grupos de interesses, entre os quais se conta a absurda (e absolutamente nefasta para os interesses brasileiros) Política Agrícola Comum.

No Brasil, igualmente, desemprego e violência serão os dois grandes temas das próximas campanhas presidenciais e não está ainda muito claro quem, da situação ou da oposição, poderá apresentar programas de governo dotados de um pouco mais de credibilidade nesses dois fortes vetores sociais. Se o candidato tradicional da esquerda parece mais propenso a defender o emprego dos já empregados, não é certo que ele seja visto como capaz de criar novas fontes de trabalho para os milhões de jovens (e outros nem tão jovens) que sobrevivem no mercado informal ou no subemprego. Por outro lado, a esquerda é vista, habitualmente, como mais leniente em relação ao “tratamento” a ser aplicado aos delinquentes, o que retira muito do apoio que lhe poderia ser concedido pela classe média ou mesmo pelas camadas ditas populares. O candidato governista, por sua vez, não terá uma campanha muito confortável nessas duas áreas, uma vez que o taxa média de desemprego tendeu a crescer no período (ainda que não dramaticamente) e que, segundo o senso comum, a violência parece ter aumentado exponencialmente.

Em que pese a crença de muitos militantes de esquerda, o eleitorado, qualquer que seja ele, tende a votar de maneira não ideológica, privilegiando mais suas preocupações do momento do que grandes programas de transformação geral da situação econômica ou política. O eleitor quer em geral que o político resolva o seu problema de emprego e de insegurança



peçoal, todo o resto vindo depois, inclusive a peroração contra as políticas neoliberais e as privatizações.

Os detalhes e demandas específicas em termos de políticas setoriais surgem durante a campanha, e nesse campo a estabilidade econômica continua a ser valorizada potencialmente (ainda que seja pouco provável que ela constitua o “cabo eleitoral” que foi em 1994 e em 1998). Em todo caso, o candidato do PT não parece dispor, nesse particular, de uma boa base de partida, tendo em algum momento do passado deixado a

entender que um “pouquinho” de inflação seria uma troca aceitável por um pouco mais de crescimento econômico e de criação de empregos. Em síntese, no Brasil como na França, o embate não se dará entre a esquerda e a direita, mas entre candidatos que saberão inspirar maior ou menor confiança em termos de preocupações imediatas dos cidadãos, em primeiro lugar em relação às fontes de insegurança pessoal e social. Políticos acomodados, de direita ou de esquerda: preparem-se para algumas surpresas!



* **PAULO ROBERTO DE ALMEIDA** é Doutor em Ciências Sociais, mestre em planejamento econômico e autor de *Formação da Diplomacia Econômica no Brasil* (São Paulo: Senac, 2001).